

JOSEPH HARRIS E ADAM SMITH

Maurício C. Coutinho

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O artigo contém uma apresentação da obra de Joseph Harris, *Money and Coins*, e procura estabelecer convergências e contrastes entre Harris e Adam Smith. Divisão do trabalho, comércio e moeda são os tópicos destacados.

Palavras-chave: Joseph Harris, Adam Smith, moeda, divisão do trabalho, comércio.

Abstract: The paper presents basic aspects of Joseph Harris's work, *Money and Coins*. It also compares and contrasts Harris's and Adam Smith's systems. Division of labor, trade and money are the issues at stake.

Keywords: Joseph Harris, Adam Smith, money and coins, division of labor, trade.

Introdução

Joseph Harris (1703-1764), viajante, astrônomo, cientista, foi uma figura de destaque na Grã-Bretanha. Indicado para a Casa da Moeda em 1736 e, de 1749 até sua morte, *King's Assay Master* da instituição. Neste cargo, publicou em 1757-58 uma obra de repercussão, *Essay upon Money and Coins* (Harris, 1757-58). Schumpeter (1954) reconhece *Money and Coins* como uma grande contribuição à economia monetária, assinalando ainda o esforço de Harris em situar o debate monetário no interior de “... princípios econômicos gerais” (SCHUMPETER, 1954, p. 292). Embora não haja referências a *Money and Coins* na *Riqueza das Nações*, sabemos que Smith possuía um exemplar da obra em sua biblioteca.¹

Essay upon Money and Coins divide-se em duas partes. A primeira (*The Theories of Commerce, Money and Exchange*) é mais geral, ou conceitual, enquanto a segunda (*That the Established Standard of Money should not be violated or altered, under any pretence whatsoever*) é voltada à defesa do padrão monetário inglês, à época em situação instável. Alterar ou manter inalterado o padrão monetário inglês, um tema controverso, havia suscitado desde o final do século XVII as maiores atenções. Lembremos que Newton ao início do século XVIII foi chamado a

¹ Ver: MIZUTA (2000).

Casa da Moeda para arbitrar a relação ouro/prata. Harris defronta-se com problema análogo nos anos 1757-58.

Sem entrar em um exame específico das propostas monetárias de Harris, o propósito deste artigo é chamar atenção para a riqueza dos capítulos iniciais de *Money and Coins* e, em particular, mostrar que a visão aí exposta sobre comércio, divisão do trabalho, troca, em parte antecipa ideias e passagens bem conhecidas da *Riqueza das Nações*. O propósito não é sugerir a influência de *Money and Coins* sobre *A Riqueza das Nações*, senão mostrar como ideias importantes na obra de Smith ecoam debates econômicos da época. Por outro lado, Harris, Smith e outros tantos autores que enveredaram nos debates monetários referem-se com frequência à posição de Locke sobre moeda; no caso, à conhecida objeção de Locke ao *debasement* proposto pelas autoridades monetárias inglesas em 1695. Mesmo sem revisar a posição de Locke sobre *debasement* suas ideias sobre moeda de modo geral², o artigo procura assinalar a influência do pensamento de Locke nos debates monetários, diversas décadas após sua formulação.

Assinale-se, por outro lado, que, a despeito da ênfase de Schumpeter no “amplo arcabouço” da análise monetária de Harris, é impossível deixar de admitir *Money and Coins* sobretudo como um típico tratado monetário do século XVIII. *A Riqueza das Nações*, um trabalho bem mais amplo, lastreado em fundamentação filosófica e que cobre aspectos múltiplos da investigação econômica, está longe de ter – muito ao contrário – dinheiro como seu objeto principal. É curioso que as passagens da *Riqueza das Nações* que exibem mais afinidade com *Money and Coins* refiram-se a um tópico tipicamente smithiano: a divisão do trabalho, incluindo suas extensões múltiplas ao comércio internacional. E, de fato, no que se refere à divisão do trabalho, as afinidades entre as apresentações de Smith e de Harris são múltiplas e surpreendentes.

Uma das dificuldades em debater as contribuições de Harris, bem como suas afinidades com predecessores e sucessores, é o fato de *Money and Coins* ter recebido poucos estudos, apesar de sempre referida pelos historiadores do pensamento econômico. Vale dizer, Harris permanece como um autor insuficientemente estudado pelos economistas, não obstante sua presença importante como viajante e cientista, bem como sua atuação em um posto governamental decisivo em política monetária, por um longo tempo.

Todos estes elementos – as coincidências (e diferenças) em relação a Smith, a influência de Harris sobre seus contemporâneos em tópicos

² A propósito ver: COUTINHO (2011).

monetários³, a retomada de um tópico canônico nos debates monetários, como *debasement* – levaram-me a propor uma síntese do conteúdo principal de *Money and Coins*, especialmente a parte I⁴, tendo a *Riqueza das Nações* como contraponto. Será proposto, em primeiro lugar, que as coincidências entre Smith e Harris a respeito de divisão do trabalho são surpreendentes; segundo, que as supostas afinidades entre um bom número de fórmulas monetárias de Smith e de Harris (assim como de Hume), de certo modo ecoam debates econômicos antigos; terceiro, que a sombra das contribuições de Locke ao debate monetário estende-se por épocas diversas.

O trabalho se estende em quatro seções, além desta Introdução. A primeira trata de divisão do trabalho; a segunda, de valor e riqueza; a terceira, de dinheiro. Na quinta seção, uma breve conclusão, retomando as afinidades e diferenças em relação à *Riqueza das Nações*.

Comércio e divisão do trabalho

No Prefácio de *Money and Coins* (Part I), Harris explica que seu propósito de “revelar a verdadeira natureza e teoria do dinheiro” (M&C, I, v)⁵ exige uma visão geral sobre riqueza e comércio. Deixando “riqueza” para a próxima seção, vamos iniciar com “comércio”, já que aqui se localizam as digressões de Harris sobre divisão do trabalho. As semelhanças com *A Riqueza das Nações* são palpáveis e aparecem de imediato na apresentação de “comércio”. No primeiro parágrafo da seção IV (*Of trade or commerce*), Harris situa que a providência dispôs “um intercuro e comércio mútuo entre os homens” como algo necessário ao bem-estar. Segue-se a conclusão:

Todo homem necessita do auxílio de outros; e todo país pode colher vantagens ao trocar alguns de seus produtos supérfluos, naturais ou artificiais, por aqueles que obtém do crescimento externo. (M&C, I, 14).

O comércio entre pessoas e entre países tem o mesmo padrão: ambos são benéficos ao homem. Além disso, os países trocam “produtos supérfluos”, uma fórmula típica da *Riqueza das Nações*. Segue-se uma espécie de relato sobre as origens da sociedade, ou sobre o que congrega os homens quando eles se

³ James Steuart, no importantíssimo *Principles of Political Economy* (1767), dedica longas passagens à análise das propostas monetárias de Harris.

⁴ Analisei com mais cuidado a Parte II de *Money and Coins* em: COUTINHO (2019).

⁵ As referências a *Money and Coins* seguirão o seguinte formato: título da obra, parte, página. As traduções para o português foram feitas pelo autor do artigo.

estabelecem em um “país incultivado”. Conforme o relato, os homens de início provêm subsistência, abrigo, e constituem governo. Supostamente, a constituição do governo proporciona o ambiente para uma associação e intercâmbio pacíficos. Sendo os homens, como os países, dependentes de outros homens ou países, é necessário um intercuro mútuo, já que a variedade “natural” de “talentos e propensões” recomenda a aplicação a “artes e empregos particulares”.

Sabemos que Smith viria a negar a importância da “variedade natural de talentos”⁶, e que sua explicação sobre as vantagens da divisão de trabalho recorreu ao exemplo da manufatura, uma atividade coletiva. Já Harris parte de homens isolados, providos de talentos diversos; ou de diferentes países, dotados com recursos naturais distintos. De todo modo, o intercuro de diferentes homens (ou países) aumenta a produtividade. Vejamos em que medida este aumento de produtividade provocado pela divisão do trabalho é similar ao proposto por Smith.

Para Harris, a especialização leva à aquisição de habilidades superiores em uma arte particular, o que encaminha o homem à produção de artefatos superiores, com menos esforço. Por exemplo, embora o homem do campo possa subsistir por sua conta e com os seus produtos, “produtos artificiais” e atividades complexas requerem especialização. Harris toma o caso de um típico “produto artificial”, o casaco, para mostrar que submeter à especialização as muitas operações em que sua fabricação pode ser decomposta – cortar a lã, cardar, fiar, tecer... – leva à poupança de mais da metade do sacrifício que seria envolvido em sua elaboração, na ausência de desmembramento de tarefas. Sabemos que Adam Smith utilizou na Riqueza das Nações um exemplo análogo; “O casaco de lã, ..., que veste o trabalhador, por mais que pareça rústico, é o produto do trabalho conjunto de uma grande multidão de trabalhadores.” (WN, I, i, 22)⁷.

Em outras palavras, a especialização eleva a produtividade do trabalho, apresentada por Harris como menor sacrifício para o mesmo resultado – a rigor, um resultado superior. Menos esforço (ou menos trabalho) também proporcionará a capacidade de obter mercadorias adicionais, produzidas sob condições mais favoráveis: em Smith, uma típica troca de trabalho (poupado) por mercadorias adicionais. Ao explicar como os

⁶ “As diferenças de talentos naturais em homens diferentes é, na realidade, muito menor do que admitimos...” (WN, I, ii, 28). Os editores da *Wealth of Nations* chamaram atenção às diferenças entre Smith e Harris nesse particular (ver nota de rodapé 11). Nesta, como nas próximas citações da *Wealth of Nations*, a tradução é do autor do artigo.

⁷ Os editores de *Wealth of Nations* lembram que Mandeville também apelou ao exemplo de simples roupas para exemplificar a divisão de trabalho.

benefícios da divisão do trabalho se espalham às “*classes inferiores de pessoas*”, Smith diz:

Todo trabalhador tem uma maior quantidade do próprio trabalho a sua disposição do que aquele de que necessita; e todo outro trabalhador estando exatamente na mesma situação estará habilitado a trocar uma maior quantidade de seus próprios bens por uma maior quantidade ... daqueles dos outros. (WN, I, i, 22).

Finalmente, o trabalho especializado também estará associado a ferramentas específicas. Como “... é quase impossível para qualquer homem encontrar tempo, ou adquirir habilidade suficiente, para fazer todas aquelas ferramentas” (M&C, I, 18), ferramentas especializadas crescem um outro passo à divisão do trabalho. Em outro contexto – no caso, ao enfatizar máquinas e atividades industriais –, Smith chamaria atenção para a possibilidade de que a concentração em apenas um objeto proporciona “melhores métodos”, ou instrumentos e máquinas específicos para aperfeiçoar a atividade.

Tudo indica que, em seu elogio à divisão do trabalho, o propósito último de Harris fosse o de mostrar a utilidade social de comerciantes e atividades comerciais, em um contexto muito mais próximo a Hume do que a Smith⁸. Ainda assim, vale notar que, mesmo quando elogiando as atividades comerciais (ou a “utilidade dos negociantes”), o horizonte de Harris é a divisão do trabalho. Os mercadores não apenas distribuem as mercadorias produzidas, para o conforto de produtores e consumidores, mas são eles próprios especializados, tornando-se “mutuamente úteis uns aos outros” (M&C, I, 19); o que, além do mais, bloqueia monopólios, estes últimos vistos como um artefato comercial que exerce os mesmos efeitos prejudiciais provocados pela eliminação da divisão do trabalho.

Para ilustrar a “natureza do comércio”, Harris descreve um arranjo geográfico que inclui campo, vilas de diversos tamanhos e cidades grandes. Este arranjo é muito similar à descrição feita por Cantillon das relações entre o campo (vilas), “cidades-mercado”, cidades e capitais, na Parte Um, capítulos III, IV, V, VI do *Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral* (CANTILLON, 1755). As vilas (*villages*) são a residência de fazendeiros (*fermiers/farmers*), pobres camponeses e simples artesãos (ferreiros, carpinteiros, sapateiros) ou negociantes (rudes vendedores de carne). O excedente é levado pelos

⁸ Não está claro se Harris leu os ensaios de Hume (1752), já que afirma no Prefácio que a Parte I de *Money and Coins* (1757) havia sido esboçada muitos anos antes.

fazendeiros às cidades (*market-towns*) adjacentes, onde se localizam atividades de comércio e artesanais mais complexas. Mais do que tudo, na descrição de Harris, como na de Cantillon, as cidades-mercado são essenciais à formação de preços:

Seu excedente os fazendeiros levam à cidade (*market-town*) adjacente; onde há um grande número e uma grande variedade de artesãos; mais lojas...; mais bares, ... Os diversos donos de loja aqui, trazendo muitas de suas mercadorias de locais remotos, em grandes quantidades por vez, podem fornecer a seus respectivos clientes, por um preço menor ao que eles próprios poderiam obter; pois eles todos se poupam do trabalho, risco, perda de tempo e despesas de uma longa jornada. Estes lojistas, do mesmo modo, têm vantagem em dispor e comerciar os produtos excedentes do homem do campo, gado, manteiga, queijo etc para tropeiros e vendedores viajantes; ... e eles por sua vez sabem onde levar, por atacado, aquelas mercadorias para um mercado melhor.' (M&C, I, 20-21)

As grandes cidades replicam uma rede comercial semelhante em escala maior, e produzem ainda uma espécie de concentração: comerciantes cujos horizontes são a totalidade do país, capazes de levar as mercadorias às menores comunidades. Acompanhando esta divisão de negócios, "... cada negócio particular se torna mais bem compreendido, mais bem executado, levado adiante com mais facilidade e mais barato; toda a comunidade é ... assim reunida em um comércio geral...". (M&C, I, 21-22). Harris menciona "grandes números", "mais empregos", para concluir que "... são os negócios que tornam os países populosos...". (M&C, I, 22).

O comércio externo é um desdobramento natural da divisão do trabalho e da especialização comercial: "... todas as nações se tornam, como se pode dizer, conectadas em um único interesse comercial...". (M&C, I, 22). Uma conclusão tão próxima a Hume é contrastada por outra proposição, seguramente distante de Hume e de Smith: os negócios podem enriquecer os mercadores e empobrecer a população, e por tal razão devem ser acompanhados por um "olhar vigilante" – naturalmente, o do governante.

Harris sustenta essa peculiar contraposição entre o interesse da nação e o dos mercadores em uma espécie de percepção típica a Cantillon (ou mesmo a Stuart) sobre o comércio externo como um meio de sustentação do trabalho interno. Há necessidade de dar sustentação – empregos, atividades – ao trabalho interno, ao mesmo tempo em que se proporciona demanda aos produtos que, sem o mercado externo, permaneceriam redundantes no país –

uma espécie de “*export for surplus*” que ressoaria na *Riqueza das Nações*. A conclusão é:

... o melhor comércio é o que tende mais a promover a atividade (*industry*) em casa, proporcionando emprego a muitas mãos; e o que abastece a nação daquelas mercadorias estrangeiras, ... úteis ... para nossa defesa, ou para uma subsistência mais confortável. E o comércio pior é o que exporta pouco produto do trabalho; o que fornece materiais para as manufaturas em outros países, o que acaba por interferir em alguma de suas manufaturas; trazendo para casa mercadorias desnecessárias, ou perecíveis ou com valor precário. (M&C, I, 24).

Em síntese, Harris vê o comércio externo como um meio de proporcionar emprego interno, nesse sentido emulando Cantillon ou antecipando Steuart. Do mesmo modo, preocupa-se com a perecibilidade dos bens, o que nos lembra novamente Steuart. Com certeza, Hume ou Smith não partilhariam os apelos de Harris ao “*statesman*”, embora tais apelos repousem em uma dissociação entre distâncias curtas ou longas – por exemplo, promoção da marinha –, ou mesmo em preocupação com a segurança de países marinhos, nada estranha a Smith.⁹

Antes de tudo, os comentários de Harris sobre comércio (*trade or commerce*) representam um elogio ao comércio e aos comerciantes, sustentado ainda por uma compreensão do papel e das potencialidades da divisão do trabalho. A divisão do trabalho eleva a produtividade, poupa tempo de trabalho, aperfeiçoa os produtos, estimula a invenção de instrumentos específicos e une a todos – homens e países – em uma rede comercial proveitosa. Desse modo, seus benefícios se espalham por toda a sociedade. Adicionalmente, aumentam a riqueza (*wealth*). Veremos o que Harris diz sobre riqueza na próxima seção.

Valor e riqueza: a economia de Harris

Harris desconsidera a extensão do território ou da população como indicadores da riqueza comparativa das nações. Recorre então a uma lista de indicadores: fertilidade do solo, indústria (*industry*) e inclinações dos habitantes para as artes, bom governo. Inclui no conjunto de riquezas o estoque dos produtos naturais e artificiais necessários ao “sustento da vida” ou à “defesa contra os

⁹ “Para um país marítimo, o aumento da navegação e dos marinheiros é um objeto de grande importância.” (M&C, I, 25).

inimigos”: estoques agrícolas e domésticos, silos abastecidos, depósitos... Dinheiro e metais (ouro e prata) não são uma parcela importante da riqueza geral, e nisso Harris antecipa o que Smith viria a constatar.

O luxo, por sua vez, é admitido como benéfico na medida em que estimula as artes e proporciona empregos, mas Harris deplora “bobagens de fora”, mercadorias consumíveis ou qualquer importação que possa “... transferir o emprego dos nossos pobres aos de outras nações...” (M&C, I, 30). O emprego e a defesa nacional são os parâmetros. Veja-se que, assim como Steuart viria a rejeitar a importação de “consumíveis”, o próprio Smith consideraria imprópria a importação de “bobagens”.

Como promover trabalho, habilidades e atividade (*industry*), as “verdadeiras fontes da riqueza”? (M&C, I, 31). Harris lista um bom número de atitudes pessoais e remédios institucionais, como a regulamentação sábia do comércio, leis, segurança de propriedade; fatores capazes de “... trazer e estimular um espírito público, em todas as classes de pessoas.” (M&C, I, 32). Na medida em que o poder do país é definido pelo número de “habitantes industriosos”, algumas iniciativas são prescritas, tais como sustentar os indigentes, trazer protestantes do exterior... A lista de iniciativas é bastante eclética.

Antes de admitir que trabalho, habilidade e indústria são as “três fontes” da riqueza, Harris propõe, bem ao início de *Money and Coins*, que “trabalho e terra em conjunto são as fontes de toda riqueza” (M&C, I, 2), fórmula que remete no mínimo a Petty, e que reconhece que os confortos da vida humana dependem da aplicação de esforço humano à natureza. “Sacrifício e indústria” (*Pains and industry*), aplicados à natureza, eis o caminho para libertar os homens do estado permanente de necessidade, típico de sociedades de coletores. Adicionalmente, explica Harris, trabalho e terra progressivamente mudam seu status relativo como fonte de riqueza. Nas culturas primitivas, dependemos mais da terra, e ainda assim a agricultura proporciona muito mais meios nutritivos que a coleta na floresta. Nas manufaturas, uma parte maior da “riqueza” será explicada por trabalho, comparativamente à terra.

A posição relativa de terra e trabalho no produto total é obtida por uma comparação entre a renda da terra e o “produto anual do trabalho”, ou pelo valor do trabalho versus o valor da terra. A rigor, Harris admite uma proporção de 2 para 1 para esta relação, e discorda de certo autor que teria chegado a 7 para 1.

Em uma longa nota de rodapé, na página 4, dedicada a distinguir pais industriosos e indulgentes, Harris afirma que o trabalho de um homem pode manter quatro pessoas, ou uma relação de um industrial para três não industriais ou dependentes. No conjunto dos dependentes Harris inclui crianças e velhos (1/4), proprietários de terra (1/4) e pessoas de “profissões cultas”, tais

como servidores públicos, soldados, mercadores (1.4). Vale dizer, três partes em quatro são “meros consumidores”, uma proporção que aumenta conforme o país se torna mais rico. O último conjunto, o de pessoas que nada acrescentam ao produto social, parece similar aos “trabalhadores improdutivos” do Livro III da *Riqueza das Nações*, mas eu não levaria longe essa proximidade entre Harris e Smith porque, embora Harris neste momento se preocupe com emprego e “riqueza”, sua noção de excedente é estritamente agrícola. Mais importante, nenhuma aproximação ao “*produce*” (produto) de Smith, e muito menos a “*revenue*” (rendimento), para não falarmos na conexão entre produção e rendimentos – algo que remonta a Cantillon e se encontra plenamente formulado na *Riqueza das Nações*.

Embora muito valorizada por historiadores do pensamento econômico, a exposição de Harris sobre o valor também traz diversas lacunas, sendo mais uma coleção de máximas isoladas do que uma aproximação sólida a valor. Nessa coleção de máximas, Harris começa afirmando que os valores de uso – o que proporciona “usos reais no atendimento às necessidades dos homens...” (M&C, 1, 5) – não constituem o critério de determinação do valor de troca. Valor, ou valor de troca, é determinado pela proporção de terra, trabalho e habilidade envolvidos na produção de mercadorias. Segue-se uma exposição do paradoxo água versus diamantes, no qual o valor dos diamantes é explicado por escassez.

Já a demanda “rápida” ou “lenta” eleva ou rebaixa os preços das mercadorias em torno de seu “valor intrínseco” ou “custo primário”. Há pouca especificação na fórmula “valor” e “custo”. Ao apresentar a oscilação dos preços em torno do “valor intrínseco”, Harris afirma em uma nota que um aumento no valor de uma mercadoria cuja qualidade foi depreciada é possível, mesmo sem envolver variações em quantidades. É o caso do trigo, por exemplo, cuja qualidade pode variar de safra a safra.

Embora admita que a distância e a raridade afetam o valor, Harris não vai muito além do senso comum e permanece longe das sofisticadas considerações sobre custo de transporte de Cantillon, as quais identificam um “preço único” e admitem apenas diferenciais provocados por custos de transporte. Por outro lado, a raridade implica em demanda baixa – “Coisas raras, ou para as quais não há grande demanda, são em geral mais caras...” (M&C, I, 8) – e demanda baixa implica poucos comerciantes. Um grupo pequeno de comerciantes pode “esconder seus lucros”, inibindo a concorrência. Novamente, nenhuma conexão entre raridade e custo de produção.

Finalmente, Harris conclui que o preço do trabalho é o “padrão principal” dos preços de todas as coisas. Ao final, e ao admitir que “trabalho e habilidade” são os determinantes do valor de troca, Harris quase resvala na ideia de “trabalho comandado” de Smith:

As várias necessidades e apetites dos homens levam-nos a dispor suas próprias mercadorias, a uma taxa proporcional ao trabalho e habilidade que foi aplicada naquelas coisas que eles querem em troca... (M&C, 1, 9).

A concorrência é o mecanismo que ajusta os valores das mercadorias em torno de “trabalho e habilidade”. Aparentemente, uma concorrência entre pessoas, mesmo que palavras tais como “lucrativa” (aplicada aos negócios) e “riscos” sugiram que por detrás da concorrência pode haver uma intuição sobre o capital.

O valor do trabalho é um elemento essencial, e nisso as “estimativas” de Harris ecoam o debate da época. Subsistência é claramente vista como perpetuação da comunidade, ou reprodução da família, a fórmula de Cantillon que chegaria a Malthus. Os trabalhadores das classes baixas permanecem ao nível de subsistência, por serem abundantes. Como subsistência corresponde a bens agrícolas, Harris aproxima-se da equivalência terra-trabalho evocada por Petty, ou por Cantillon.

O mesmo vale para o longo parágrafo sobre os diferenciais de salários, em que Harris chega perto de Cantillon e mesmo do tratamento dado por Smith à matéria. Como a subsistência implica trazer os filhos à idade de trabalho, os riscos de morte precoce são incluídos na fórmula salarial. Profissões que requerem maior qualificação – mecânicos, artesãos – têm direito a maiores salários. “Confiança” implica elevação de salário. E, chegando perto a seu tratamento de dinheiro, que considera a prata como o padrão de valor, Harris afirma que, quando os salários são “regulados por e pagos em metal precioso, este metal específico será o dinheiro verdadeiro e real do país...” (M&C, I, 14). Portanto, a sustentação da prata como o padrão monetário da Inglaterra repousa em última análise em serem os salários dos trabalhadores estimados e pagos em prata.

Dinheiro

O segundo e mais longo capítulo da Parte I de *Money and Coins* é dedicado a dinheiro e moedas. O capítulo inicia de modo convencional, com o conhecido relato sobre as origens do dinheiro, do escambo à troca monetária propriamente dita, e daí ao crédito. No entanto, há peculiaridades na versão de Harris, importantes para a determinação das características de sua economia monetária.

Para começar, a versão de Harris não inicia com indivíduos isolados e primitivos. Admite de início o quadro de um sistema comercial adiantado, com desenvolvimento das artes e, portanto, com elevadas inconveniências na ausência de dinheiro. As notas de crédito não substituem, neste caso, o dinheiro escasso ou inexistente. Há aqui um paradoxo, pois o relato de Harris parte do “escambo” e, no entanto, coloca em ação instrumentos de crédito.

Seja como for, a maior dificuldade neste “estado de escambo” é a inexistência de uma escala ou medida. Para Harris, o dinheiro é sobretudo uma escala. Para trocar é necessário “avaliar” o valor dos bens, e o dinheiro é o instrumento de avaliação. Note-se que Harris muitas vezes se refere à obra de Law, *Money and Trade Considered* (LAW, 1705), afirmando que Law explica como a prata “era utilizada como o valor no qual os contratos eram tornados pagáveis” (M&C, I, 36).

O próximo passo, após a introdução da prata, é a cunhagem. O dinheiro antecede a moeda, e o dinheiro é necessariamente uma mercadoria. A definição de Harris de dinheiro é:

Dinheiro é um padrão de medida, pelo qual os valores de todas as coisas são regulados e fixados; e é, ao mesmo tempo, o VALOR ou EQUIVALENTE pelo qual os bens são trocados, e no qual os contratos tornam-se pagáveis (M&C, I, 37)

A despeito de Harris haver posto em maiúscula as palavras valor e equivalente, o elemento chave em sua definição é “*padrão de medida*”. O que embaraça o comércio é a inexistência de um instrumento de medida aceito por todos. Por outro lado, o papel de “penhor”, que havia ocupado um lugar central na definição de dinheiro de Locke (LOCKE, 1695), não é aceito por Harris. “Penhor” implicaria um instrumento redimível, o que o dinheiro não é. Embora não nesta objeção ao “penhor” lockeano, o nome de Locke logo aparece, em uma longa citação sobre preços como expressões do valor em prata, ou dinheiro. Ao longo do texto, Harris estabelece frequentes discordâncias com Locke, mas é inegável que os tratados monetários do filósofo inglês foram bem lidos, e muito utilizados. Por exemplo, Harris endossa a conclusão de Locke de que o fato de o dinheiro ser ao mesmo tempo a medida da barganha e a coisa que se barganha representa um dos problemas dos sistemas monetários.

Sendo a medida a questão central, Harris, como outros tantos autores, contrasta o dinheiro, que é uma medida social, com medidas naturais – extensão, temperatura, peso... Toda medida é por definição invariável, e

sabemos que o valor da prata varia. A saída, para Locke, foi tornar o material “incluído na ideia de dinheiro” – em geral, a prata – invariável. Ou seja, definido o grau de pureza do metal admitido como dinheiro, o que define a medida (o dinheiro) é seu peso. Harris volta ao argumento central formulado por Locke em sua objeção ao *debasement*, nos debates monetários 1692-95.

O que determina o valor do dinheiro é “trabalho e habilidade”, como com qualquer outra mercadoria. E como Harris admite ainda que o valor do trabalho está “em proporção recíproca a sua abundância” (M&C, I, 41), conecta-se à tradição da teoria quantitativa do dinheiro.

Note-se que não chegamos ainda a “moeda”, ou a peças metálicas, e sim a “dinheiro”. Não se poderia, portanto, falar de perda do valor da moeda por *debasement*, ou redução do teor metálico de uma peça que mantenha o valor de face. Harris, no entanto, refere-as ao exemplo contemporâneo de dinheiro-papel utilizado em algumas das colônias norte-americanas – portanto, sem “valor intrínseco” – para efetuar uma mudança de rumo. Admite que nações isoladas podem utilizar qualquer elemento como dinheiro, já que estão separadas do comércio internacional. Trata-se de nações atrasadas, sem segurança de propriedade, afastadas do progresso. Em uma nota de rodapé, estabelece as diferenças entre o dinheiro e os bilhetes, mesmo que públicos, os quais seriam “... meras promessas de obrigações de pagamento ... limitadas aos territórios do estado que os emitiu; e dependendo meramente de sua fé.” (M&C, I, 43).

Já as moedas diferem de dinheiro, pois a estampa pública implica certo padrão de pureza do metal e de peso. Pelo fato de diversas moedas haverem sido depreciadas (em peso ou pureza) ao longo da história, muitos acreditam que seu valor é dado “pela estampa”, ou seja, estabelecido pela autoridade. Harris discorda. Para ele, o “padrão de dinheiro” está sempre relacionado a peso e pureza. Ou seja, o “padrão” é relacionado a moedas, ou peças com determinados pesos e pureza.

Harris vai adiante e insiste que não pode haver “padrão” múltiplo, ou seja, ouro e prata. Entramos aí no debate de seu tempo sobre o efetivo padrão do dinheiro britânico, e sobre a relação ouro-prata a ser admitida pela Casa da Moeda. A Parte II de *Money and Coins* dedica-se à defesa de propostas para ajustar o padrão monetário britânico aos valores efetivos de ouro e de prata.

Como compatibilizar a argumentação sobre a associação do padrão monetário a certo peso de metal com a inequívoca diminuição do valor da prata nos séculos XVI e XVII, em face da descoberta da América? Conforme Harris, esta diminuição havia sido lenta, sem estar sujeita a padrões cíclicos. Mais ainda, ele acreditava que o valor da prata tenderia a estabilizar e, nessas

condições, a prata seria “... uma medida padrão ou dinheiro tão boa como como o presente estado de coisas irá admitir...” (M&C, I, 63). Em outras palavras, o padrão monetário é uma mercadoria, com todas as consequências, a começar pela variabilidade do valor. Ainda assim, ser “padrão” implica quantidade; no caso, de prata.

Voltemos agora à já mencionada aproximação de Harris à teoria quantitativa da moeda. Inicialmente, admitindo a influência de oferta e demanda sobre preços, o “preço” do dinheiro teria que ser incluído nas variações atribuídas a quantidades. Além disso, o contexto da discussão é a “circulação”, ou o infundável debate sobre a quantidade adequada de meio circulante, que preocupava Petty, Locke, Cantillon e iria ecoar em Smith.

Como vimos, Harris explica valor e preços pela regra geral, custo primário mais lucros, combinada a flutuações ditadas por oferta e demanda. Afora isso, no caso de ouro e prata, embora a oferta não possa jamais superar a demanda total, que é ilimitada, o ouro e a prata não devem ser vistos como mercadorias convencionais. Há uma convergência entre oferta e demanda de dinheiro, o que faz com que “... o valor da soma total de dinheiro em circulação será igual à quantidade total de mercadorias em circulação, naquele país.” (M&C, I, 67). Levando-se esta regra ao mundo todo – é este o mercado para os metais – teremos uma espécie de equivalência a Montesquieu, estendida ao plano universal: “... a quantidade total daqueles metais em circulação, pode ser considerada igual em valor a todas as mercadorias do mundo, trocáveis por eles...” (M&C, I, 68). O que leva a uma versão particular para a teoria quantitativa, que é:

... o valor de uma dada soma de dinheiro estará sempre, exatamente, em proporção recíproca à soma total, ou a quantidade total em circulação; ou seja, quanto mais dinheiro em circulação, menor será o valor de uma dada soma em proporção a outras coisas; e vice-versa. (M&C, I, 68).

Como conciliar esta regra geral – preços em proporção à quantidade de dinheiro em circulação – com o preço da prata, e do dinheiro? Para Harris, o valor do dinheiro não pode ser estabelecido por lei, senão pelo confronto de duas somas, de dinheiro e de mercadorias. O valor do dinheiro só será afetado por regulação se esta regulação afetar a quantidade total de meio circulante. E, uma vez estabelecido o padrão – que envolve peso e pureza do metal – as moedas são deixadas livres para “... achar seu próprio valor”. (M&C, I, 72)

Ora, para reconciliar o metal (ouro e prata) com uma perspectiva baseada em oferta e demanda, referida a dinheiro, Harris simplesmente não

aplica a regra de “custo primário”. Veja-se: “O valor do metal [ouro e prata] não mantém proporção com o custo primário, nas minas”. (M&C, I, 73). Desde que uma quantidade adicional de metal flua para a circulação, seu valor decrescerá, e os proprietários das minas cortarão a produção ou os lucros. Harris explica a elevada produção das minas da América pelos ganhos imensos proporcionados por sua exploração, na fase inicial. Além disso, as Índias Orientais constituíam mercado importante para o metal.

Na medida em que o aumento do dinheiro em circulação foi lento, pode-se dizer que seu valor é estável no curto prazo. No longo prazo, os imensos estoques diluem os fluxos adicionais de metal. Como no longo prazo a regra geral de valor em proporção à quantidade de moeda em circulação prevalece, a explicação de Harris para a elevação não proporcional dos preços na Europa foi o fluxo contínuo de metais dirigido às Índias Orientais, bem como o aprimoramento das artes, que reduziu o preço das mercadorias e multiplicou seu estoque em circulação.

Enfim, há uma adesão à teoria quantitativa do dinheiro, complementada pela tese de que a riqueza de uma país reside não no dinheiro, mas em uma população industriosa. Essa é uma espécie de rejeição ao mercantilismo e à identificação entre riqueza e metais, que se verá complementada por uma conclusão que em parte lembra Hume, referida ao espalhamento lento do dinheiro pelo país:

Levará algum tempo até este suposto dinheiro adicional penetrar em todos os ramos do negócio, e enquanto alguns comerciantes têm ganhos exorbitantes, outros ficarão mais pobres, porque farão despesas adicionais em muitos artigos; entretanto, por degraus, todos os comerciantes vão se recuperar, e ficarão ricos às expensas dos meros consumidores. (M&C, I, 84).

Assim, um súbito aumento do dinheiro enriquece uma fração da população às expensas de outra. Harris introduz também o “dinheiro fictício”, ou o crédito, em seu sistema. O sistema absorve “substitutos artificiais” ao dinheiro, como crédito e moedas mais leves. A análise dos impactos sobre a economia e o sistema de preços do “dinheiro fictício” dependerá de uma ponderação sobre a aceitação da moeda pelo “valor de face” (*by tale*) ou pelo “peso” (*by weight*) nas diversas transações, discussão que nos remete a Steuart, de um lado, mas também a antecedentes distantes, como Locke. Harris é inconclusivo a este respeito. Seu sistema o levará a um tópico a seu ver bastante mais candente, e que veio a absorver sua atenção: a relação ouro-prata e a manutenção da prata como a referência do sistema monetário inglês.

Conclusão

O trabalho teve o objetivo de expor os principais elementos da argumentação econômica de Harris, que, embora centrada em moeda, estende-se em tópicos como divisão do trabalho, comércio, trabalho, medidas de valor... Além de virem à tona as conexões, ou os pontos em comum, entre a abordagem de Harris em *Money and Coins* e a de predecessores decisivos na conformação da economia como ciência – e aqui nos referimos a Locke, Petty, Cantillon, Hume –, todos os argumentos têm como pano de fundo as ideias econômicas de Smith. O propósito foi destacar os pontos de aproximação ou de convergência entre Smith e Harris, bem como as diferenças mais marcantes.

Como foi visto, enquanto em tópicos como divisão do trabalho, comércio, trabalho e mesmo riqueza, a antecipação ao que viria a ser proposto por Smith na *Riqueza das Nações* é flagrante, no que se refere a dinheiro – o tema de referência de Harris – as diferenças são flagrantes. Contrariamente a Harris, Smith não desenvolve um tratado de economia monetária: o dinheiro é um elemento inerente a sua visão de economia, mas temas como *debasement*, relação ouro-prata, medida de valor, não são levados a fundo. Não se deve deixar de notar que os próprios capítulos monetários da *Riqueza das Nações* são bem localizados e voltados a propósitos específicos. Os capítulos V e XI do Livro I estão voltados a discussões de medida, comparações intertemporais de valor, evolução da riqueza; já o capítulo II do Livro II situa o dinheiro no interior de uma apresentação do capital (capital fixo e circulante). *Money and Coins* não vai adiante em nenhum desses conteúdos, por mais que recorra à temática do valor. Por outro lado, o aprofundamento no enfoque do dinheiro como unidade de medida ou medida de valor, presente em Harris e que viria a representar um ponto central de Steuart em *Principles of Political Economy* (1767), seguramente não constitui uma característica da aproximação de Smith a dinheiro.

O fato de o se tomar o texto de Smith como o contraponto marcante a Harris não visa apenas a aproximar um autor menos lido – Harris – a outro bastante conhecido – Smith. A intenção sugerida, embora não desenvolvida, foi a de mostrar que não podemos entender Smith sem um contraponto a diversos outros economistas que o antecederam. Harris é um deles.

Referências

- BARBON, N. [1696]. “*Discourse Concerning Coining the new Money Lighter – Answer to Mr. Locke’s Considerations about Raising the Value of Money*”. In: MAGNUSSON, L. *Mercantilism*. Routledge: London, 1994.
- CANTILLON, R. [1755]. *An Essay on the Nature of Commerce in General*. London: Transaction Publishers, 2001.
- COUTINHO, M. “Barbon versus Locke sobre o valor da moeda”. In: *Estudos Econômicos*, FEA USP, v. 41, 2011.
- _____. *Joseph Harris and James Stewart on Debasement and Money*. HES Conference, 2019.
- HARRIS, J. [1757-58]. *An Essay upon Money and Coins*. London: G. Hawkins.
- HUME, D. [1752]. “*Of Commerce*”. In: *Essays – Moral, Political and Literary*. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.
- _____. [1752]. “*Of Money*”. In: *Essays – Moral, Political and Literary*. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.
- _____. [1752]. “*Of the Balance of Trade*”. In: *Essays – Moral, Political and Literary*. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.
- LAW, J. [1705]. *Money and Trade Considered: with a proposal for supplying the nation with money*. Glasgow: R. & A. Foulis.
- LOCKE, J. [1696]. “*Further Considerations Considering Raising the Value of Money*”. In: _____. *The Works of John Locke in Nine Volumes*. London: Rivington, 12th ed.
- _____. [1691]. “*Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest, and Raising the Value of Money*”. In: LOCKE, J. *The Works of John Locke in Nine Volumes*. London: Rivington, 12th ed.
- MIZUTA, H. *Adam Smith’s Library – a catalogue*. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- SCHUMPETER, J. [1954]. *History of Economic Analysis*. London, Allen & Unwin.
- SMITH, A. [1776]. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- STEUART, J. [1767]. *An Inquiry into the Principles of Political Economy*. London: Millar and Cadell.

Email: coutinho@unicamp.br

Recebido: 12/2023
Aprovado: 12/2024